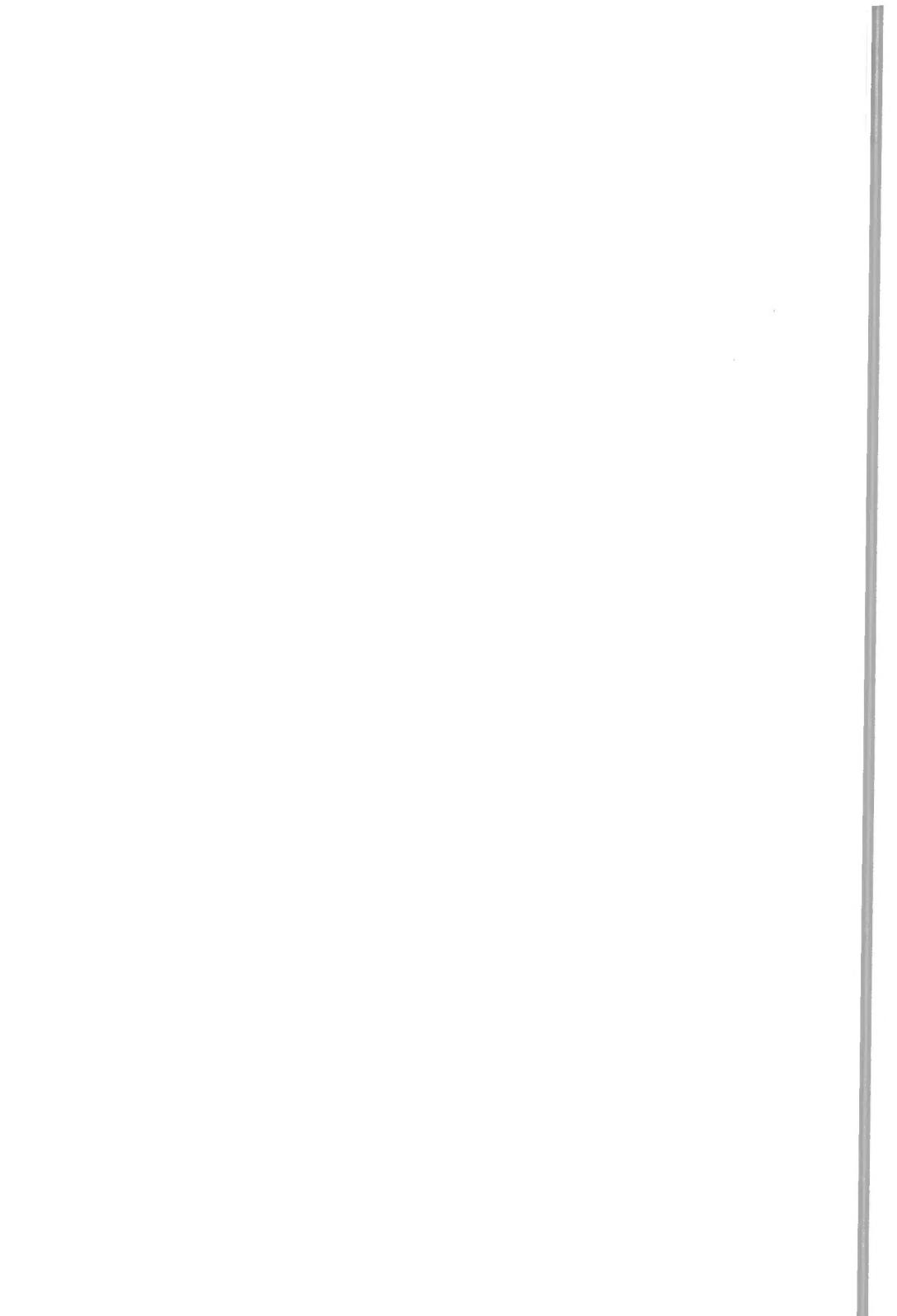


COMUNICAÇÃO



UM CONCEITO PARA JORNALISMO conhecimento singular ou senso comum?

Virginia Pradelina da Silveira Fonseca*

RESUMO: o presente artigo procura, primeiramente, revisar a bibliografia que define conceitualmente o jornalismo como uma forma de conhecimento que se ancora na singularidade dos fatos/fenômenos noticiáveis, contrapondo-se, assim, à idéia de que essa atividade, cada vez mais relevante socialmente, seja entendida como a reprodução do senso comum. Num segundo momento, a partir desse conceito, procura-se tecer algumas reflexões acerca da informação jornalística brasileira da atualidade e do conceito de jornalismo que lhe é intrínseco.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Notícia; Informação; Conhecimento.

ABSTRACT: the current article looks, first of all, to review the bibliography that defines conceptually journalism as knowledge anchored in the singularity of notifiable facts/phenomenous, in opposition to the idea that this activity, socially relevant, be understood as reproduction of common sense. In a second moment, from this knowledge concept, we try to do some reflections about the actual brazilian journalistic information and its intrinsical concept journalism.

KEY WORDS: Journalism; News; Information; Knowledge.

* Jornalista, Professora Assistente do Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 INTRODUÇÃO

Todas as críticas que se possam fazer a respeito da parcialidade com que os meios de comunicação tratam os acontecimentos com potencial de notícia são insuficientes para retirar a importância e a imprescindibilidade dessas informações para o cidadão da sociedade urbano-industrial-informacional dos dias atuais. Mesmo que marcadas pelo jogo de interesses econômicos que envolve as grandes organizações que as produzem e pelo conteúdo ideológico que possam conduzir, construindo consenso em relação a uma determinada visão de mundo, as informações de atualidade e os suportes que as difundem são elemento fundamental na estrutura mínima constitutiva das sociedades modernas.

É pelos jornais, pela TV, pelo rádio e agora pela rede de computadores que se toma conhecimento dos acontecimentos do mundo, como a renúncia de Ieltsin na véspera do último Natal dos anos 1000, e também daqueles muito próximos de nós, como o bebê recém-nascido abandonado à beira de uma estrada do Rio Grande do Sul, que as limitadas condições da comunicação interpessoal e a complexidade da vida social nos impõem.

Da mesma forma que são imprescindíveis os meios e suas informações, também o são as críticas que lhes são dirigidas, em geral duras, relacionadas principalmente à forma como “pretendem” reproduzir o mundo, atribuindo-se inclusive o papel de “espelhos da realidade”. Se pretendem ser o espelho do mundo real, como podem ser tão parciais, recortar os eventos-notícia quase ao nível da mutilação, fragmentá-los e limitá-los no seu potencial informativo a ponto de perderem o contexto como referência?

Essas críticas, regra geral, dizem respeito muito mais à abordagem com que este ou aquele fato/fenômeno é tratado na matéria de natureza jornalística, por este ou aquele órgão de informação, do que propriamente a uma concepção de jornalismo. Resultam, na maioria das vezes, da nossa discordância ideológica quanto à política editorial do veículo em questão, que nos fornece uma leitura parcial de um fato/fenômeno cuja potencialidade aceitaria outras interpretações, mais próximas, talvez, das nossas visões de mundo. Mas não remetem, a nosso ver, a uma questão mais ampla, de fundo: *qual o conceito que temos de jornalismo e que papel lhe atribuímos no sistema social?*

O que se propõe neste estudo é ultrapassar os limites da crítica pontual sobre a forma como a imprensa aborda os temas da conjun-

tura – de onde retira a matéria-prima para as suas notícias – e procurar identificar, primeiramente, um conceito para o jornalismo, atividade que passou a ser fundamental para a sociedade desde que se passou a conceber a organização social segundo o modelo capitalista, um avanço em relação à organização feudal, e que, conseqüentemente, se estabeleceu a necessidade da livre circulação das idéias. Só depois de empreendida essa tentativa é que, a partir desse conceito, passa-se a tecer algumas reflexões acerca da informação jornalística brasileira e do conceito de jornalismo que lhe é intrínseco.

Procura-se dar conta desses objetivos da seguinte forma: inicialmente, procura-se identificar e caracterizar as formas sociais de produção e apropriação de conhecimento aceitas universalmente, sobre as quais não há controvérsias. No momento seguinte, procura-se resgatar a contribuição de Adelmo Genro Filho, jornalista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina, falecido em 1989, para situar o jornalismo como *uma forma de conhecimento* distinta das demais, o que implica um novo conceito e, conseqüentemente, novas atribuições no sistema social. Num terceiro momento, à luz dessa concepção, procura-se analisar alguns exemplos retirados do dia-a-dia da produção jornalística do Brasil para, por fim, procurar compreender suas possibilidades e suas limitações enquanto produto da atividade humana condicionada social e historicamente e submetida às rigorosas, complexas e tensas regras industriais de produção e difusão.

Dessa forma, pensa-se contribuir para as discussões que conduzem à consolidação de uma teoria do jornalismo, disciplina acadêmica que proporcione uma reflexão mais sistemática sobre um objeto tantas vezes negado na academia, que é o fazer jornalístico propriamente dito, o lugar onde concretamente se estabelecem as relações entre o sujeito que precisa e quer conhecer (o jornalista) e o fato/fenômeno que se deseja conhecido na sua integralidade, e que vai constituir a matéria-prima daquilo que a sociedade vai receber quotidianamente, como produto, com o rótulo de notícia.

2 FORMAS DE CONHECIMENTO

Entre as formas de conhecimento reconhecidas como relevantes para a cultura contemporânea, com maior ou menor ênfase, dependendo do período histórico que se analisa, podem-se citar a ciência, a filosofia, a religião, a ideologia e o próprio senso comum.

Numa breve tentativa de contraposição entre duas dessas formas – a *ciência* e o senso *comum* – pode-se dizer que o conhecimento produzido pela ciência (o conhecimento científico) é sistematizado ao nível da categoria filosófica da universalidade.

A fronteira que separa a ciência do senso comum está na forma de obtenção e justificação do conhecimento. Ambos partem dos mesmos fatos e acontecimentos: o homem, a sociedade, os entes biológicos, a estrutura social, a economia. Só que, enquanto a ciência produz conhecimento acerca desses objetos de forma crítica, organizada, metódica, prognosticadora e geral (LUNGARZO, 1995), o senso comum não tem nenhum compromisso com a justificação e com a análise metódica, criteriosa e sistemática a respeito desses mesmos objetos. Porque é conhecimento vulgar, avulso, resultado da experiência imediata, das explicações superficiais, das opiniões e das formas falsas de conhecimento, em geral fixistas, conservadoras e presas à aparência dos fenômenos (LUNGARZO, 1995).

Robert Park, já em 1940 (PARK, 1973), apropriando-se de conceito de William James, definia *senso comum* como “conhecimento de trato”, um saber que não ultrapassa o aspecto do fenômeno, que emana do uso familiar, do imediato da experiência e do hábito que lhe corresponde. Não sendo produzido por qualquer procedimento formal, analítico ou sistemático, poderia ser concebido, segundo W. James, como uma forma de ajustamento orgânico ou adaptação, fusão de uma série de experiências. Ou, como disse Park, uma “(...) espécie de conhecimento pessoal e individual que faz cada um de nós sentir-se à vontade no mundo que escolheu ou que está condenado a viver.” (PARK, 1973, p. 169). Dessa forma, conhecer cientificamente significa colocar-se em oposição ao senso comum, contrapor-se a ele e colocar-se contra um conhecimento anterior muitas vezes cristalizado e de difícil abandono.

Há ainda outras formas de conhecimento que, em outras etapas da história da humanidade, foram até mais influentes que a ciência. Uma delas é a *filosofia*, que através da epistemologia dedica-se a estudar as afirmações científicas, a refletir sobre o próprio ato de produzir cientificamente; outra é a *religião*, cujas experiências místicas constituem uma forma de conhecimento para muitas pessoas; e também as *ideologias*, visões de mundo que nos fornecem os modelos de interpretação dos fatos e fenômenos da realidade e a partir dos quais elaboramos nossas estratégias de intervenção no sistema social, seja para provocar mudanças, seja para conservá-lo.

3 JORNALISMO: uma outra forma de conhecimento?

Antes de mais nada tratemos de definir jornalismo. Aceitemos a definição proposta por Genro Filho em *O Segredo da Pirâmide*, de 1989, em que propõe distinguir jornalismo de imprensa. Segundo ele, *jornalismo* é uma modalidade de informação ancorada no singular e sistematizada através de meios próprios para atender a uma necessidade social difusa. Enquanto que *imprensa* não passaria do corpo material do jornalismo, o processo tecnológico (rádio, jornal, TV) indispensável para a divulgação das informações. Enquanto forma peculiar de transmissão de informações – explica – o jornalismo exige um meio técnico apropriado, capaz de multiplicar e transportar a mesma informação em proporções de espaço e de tempo radicalmente diferentes da comunicação interpessoal direta ou dos métodos artesanais.

Esta definição é nada menos que sua própria hipótese em *O Segredo da Pirâmide*, livro em que procura construir uma teoria marxista do jornalismo. Entretanto, deixando de lado a doutrina marxista que orientou não só a produção desse livro como toda sua vida acadêmica, profissional e de militante político, podemos nos fixar apenas na sua contribuição teórica para o tema.

A concepção de que o jornalismo constitui uma forma de conhecimento é sem dúvida uma hipótese original, pouco difundida talvez, mas que nos permite compreender a atividade jornalística para além das generalizações que normalmente cercam a questão da notícia, sua unidade básica. Procuremos compreender como Genro Filho constrói essa teoria.

O autor de *O Segredo da Pirâmide* sustenta a hipótese de que o jornalismo é uma modalidade de conhecimento que se constrói a partir do que cada fato/fenômeno extraído da realidade social tem de singular. E que essa modalidade de conhecimento não está nem no âmbito da ciência, nem tampouco no âmbito do senso comum, lugar onde muitos insistem em situá-lo. A identificação do jornalismo como forma de conhecimento singular é que vai nos fornecer um conceito para essa atividade socialmente relevante e que, por conseguinte, vai determinar uma prática profissional em que o jornalista será, acima de tudo, um intérprete qualificado de uma realidade que precisa ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos.

4 A SINGULARIDADE COMO OBJETO DO JORNALISMO

Genro Filho foi buscar em Lukács (1968) as categorias *singular*, *particular* e *universal* para construir sua teoria do jornalismo como forma de conhecimento distinta da ciência e do senso comum. Para ele, cada um desses conceitos é a expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contêm reciprocamente e que se expressam através dessas categorias e das suas relações lógicas.

Em relação à ciência, diz que, por mais específico que seja o objeto e por mais especializado que seja o saber, o conhecimento científico sempre vai aspirar à categoria do universal, porque a ele só interessam a generalização e a universalização, que constituem a sua base.

Eduardo Meditsch, professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, explica:

“O conhecimento pode se cristalizar, ou pode se apresentar, sob a forma do mais universal. Se alguém se refere a uma lei da química ou da física, trata de um conhecimento real sobre o mundo que está formulado mais universalmente. Então se apropria, conhece o mundo através da formulação de um conhecimento que se cristaliza no universal.” (1992, p. 29)

O conhecimento originado no senso comum, por sua vez, representa apenas a repetição das opiniões e preconceitos adquiridos no dia-a-dia, sem nenhuma preocupação com a justificação, análises e sistematizações. Não consegue ultrapassar a fina película da aparência das coisas. Situar o jornalismo no âmbito do senso comum significa aceitá-lo como atividade de menor importância, significa reduzi-lo ao papel de declaratório que tanto se critica.

Contrariamente a isso, Genro Filho concebe o jornalismo como o campo da produção de um conhecimento construído a partir da singularidade, categoria oposta a da universalidade. Ele sustenta que sua força está mais no singular e menos no universal, o que apenas evidencia não a exclusão de uma categoria pela outra, mas a ênfase e a relação recíproca numa e noutra forma de conhecimento. O singular, para Genro Filho, é a matéria-prima do jornalista, é o aspecto pelo qual este deve iniciar o seu relato, a forma pela qual se cristalizam as informações, para onde convergem as determinações particulares e universais. Esse singular a que se refere o autor, e que deve ser buscado e identificado

em cada um dos eventos noticiáveis, corresponde ao que chamaríamos de “o elemento mais importante” do *lead*, na pirâmide invertida.

Elias Machado Gonçalves, professor da Universidade Federal da Bahia, em artigo em que trabalha esse conceito de Genro Filho, ratifica a distinção dos conhecimentos produzidos pela ciência e pelo jornalismo. Para ele, a diferença entre jornalismo e ciência está em que esta (a ciência) produz sistematizações ao nível dos universais enquanto aquele (o jornalismo) fica restrito ao campo das singularidades. A notícia pressupõe o domínio de conceitos e técnicas específicas capazes de indicar, pelo viés do singular, o aspecto essencial dos fenômenos. Enquanto isso, o senso comum opera ao nível das aparências dos fenômenos.

“Caso trabalhasse com base nas aparências do mundo, o jornalismo não passaria de uma técnica que se aprende no calor das redações, um raciocínio válido quando se trata do jornalismo declaratório, mas inaceitável quando se concebe o jornalismo como uma forma de conhecimento singular do real mundo.” (GONÇALVES, 1994, p. 55).

É importante observar, entretanto, que as categorias singular, particular e universal mantêm sempre uma relação entre si. Isto quer dizer que o particular é sempre particular em relação a um singular e em relação a um universal. A relação é sempre relativa, explica Meditsch, porque é uma relação dialética.

“No universal estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva.” (GENRO FILHO, 1989, p. 162-163).

E exemplifica da seguinte forma:

“Em cada homem singularmente considerado estão presentes aspectos universais do gênero humano que dão conta da sua identidade com todos os demais: na idéia universal de gênero humano (...) estão presentes – como se ‘dissolvidos’ – todos os indivíduos singulares que o constituem; o particular, então, pode ser a família, um grupo, uma classe social ou a nação à qual o indivíduo pertença. O particular é mais amplo que o singular, mas não chega ao universal. Podemos dizer que ele mantém algo dos extremos, mas fica situado logicamente a meio caminho entre eles.” (GENRO FILHO, 1989, p. 162-163).

Essas três dimensões da realidade – o singular, o particular e o universal – estão presentes nos fatos jornalísticos como em qualquer outro fenômeno. Mas é pelo singular que o jornalismo vai se cristalizar como uma modalidade de conhecimento em particular, diferente da ciência e do senso comum.

5 A UNIDADE ENTRE O CONCEITO E A PRÁTICA

Aceitando-se a hipótese de que o jornalismo é uma forma social de conhecimento, de um conhecimento cristalizado no singular, podemos agora tomar alguns exemplos que nos permitam operacionalizar esse conceito e depreender aquele que subjaz à prática da produção da unidade notícia em análise.

MST Ameaça Invadir Fazenda do Presidente

Cerca de 250 colonos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estão ameaçando invadir a fazenda Córrego da Ponte, de propriedade do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG), desde a madrugada de hoje. Os assentados chegaram de ônibus prometendo invadir a fazenda e permanecer no local até que o governo libere os recursos para a safra agrícola que deve ser plantada no início do verão.

(Notícia veiculada pela rádio CBN de Porto Alegre no dia 15/11/1999)

A forma como foi construída a notícia faz com que este evento – a ameaça de invasão da fazenda do presidente – seja tomado de uma forma absolutamente descontextualizada. O fato gerador da notícia nada mais é do que um fragmento, um pedaço de realidade, que reflete apenas a necessidade de enquadrar o evento noticiável nas célebres características de ineditismo, atualidade, veracidade, objetividade e interesse público. Características que atendem ao conceito pragmático, extraído da realidade do mercado, que conceitua notícia como o relato de um fato em ordem decrescente de importância, a partir do seu elemento mais importante até o menos importante. Mas que escapa a uma compreensão filosófica da natureza da informação jornalística.

A construção da narrativa de forma a responder satisfatoriamente aos elementos internos *quem, o que, quando, onde e como* certamente é suficiente para quem se orienta apenas pelo que dizem os manuais de redação. Mas absolutamente precária, insuficiente,

para o jornalista que *não* renuncia à condição de intérprete da realidade e de produtor de um conhecimento socialmente relevante. Da forma como está apresentada, a notícia não estabelece relação entre causa e consequência, não contextualiza o evento, sequer especula os *porquês* desse iminente conflito entre o movimento social e o governo. Não reconhece o que poderia ser a sua singularidade, muito menos relaciona essa singularidade ao que há de particular e de universal no assunto em questão.

Outro exemplo:

Ação Contra Greca

O Ministério Público Federal impetrou na última sexta-feira ação de improbidade administrativa contra o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, por irregularidades no funcionamento de bingos no país.

A ação diz que Greca foi omissivo, “recebeu vantagem econômica de qualquer natureza” e “não cumpriu seus deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições”. Ele nega envolvimento em qualquer irregularidade.

(Zero Hora, Porto Alegre, 21 de novembro de 1999)

A notícia em questão padece das mesmas precariedades da anteriormente analisada, com um “defeito” adicional: ela é o mais perfeito e acabado exemplo de jornalismo declaratório. Essa opção pela narrativa “objetiva”, neutra, desprovida de qualquer elemento analítico que possa “denunciar” a existência de um autor, nada mais é que a expressão do jornalismo pretensamente imparcial, objetivo, em vigência nos meios jornalísticos brasileiros desde que se implantou a modernização da imprensa nos anos 60. O jornalista produtor da notícia, neste caso, renuncia à condição de intérprete dos acontecimentos para se transformar, como bem observa Elias Machado Gonçalves, em “moleque de recados das autoridades” (1994, p. 55).

As mesmas críticas podem ser formuladas em relação à série de matérias veiculadas especialmente nas rádios e TVs sobre os dez anos da queda do Muro de Berlim comemorados no dia 9 de novembro de 1999. Para quem não tinha presente na memória as razões que levaram à edificação do monumento que melhor simbolizou o espírito da Guerra Fria que dominou o mundo a partir do fim da II Guerra Mundial e o significado da sua derrocada, o evento jornalístico do dia 9 não passou de um momento de confraternização entre líderes políticos que, por estarem aposentados em sua maioria, se mantêm no

noticiário não se sabe exatamente por quê. Ressalve-se que essa é uma crítica dirigida especialmente ao noticiário de rádios e TVs, meios que exercem o jornalismo no limite da superficialidade do *lead*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos anteriormente que o conceito de jornalismo que adotarmos vai determinar uma prática jornalística correspondente. O reverso também é verdadeiro. Mesmo que muitas vezes a prática não resulte de uma práxis (uma prática refletida teoricamente), mas de uma maneira de fazer apreendida sem a devida reflexão, a ela sempre corresponderá um conceito de jornalismo.

A partir do momento em que – como produtores de informações necessárias à integração e universalização da sociedade – os jornalistas aceitam reduzir sua atividade à mera reprodução de falas de fontes e de dados contidos em documentos oficiais, estamos diante de uma concepção muito distante daquela que vê no jornalismo a potencialidade de uma modalidade de conhecimento. Neste caso, jornalismo será mera técnica e para aprender técnica não é necessário universidade. Qualquer curso de curta duração é capaz de ensinar até melhor que a universidade como se “monta” um texto para inserção em 40 segundos de áudio, uma seqüência de imagens e sons para “longos” 30 segundos de TV ou 20 “extensas” linhas para uma determinada centimetragem na superfície impressa. Sem condições de estabelecer relação entre os acontecimentos e desprovida de conceitos, a atividade jornalística resultará de uma visão ingênua da realidade.

Ao ter como horizonte o senso comum, o jornalismo declaratório dispensa qualquer sistematização conceitual do mundo em favor de meia dúzia de regras mecânicas, no mais vulgar empirismo, observa Elias Machado Gonçalves (1994), para quem essa forma de conceber o jornalismo, além de frustrar a possibilidade de reconhecimento singular do mundo, também provoca o subaproveitamento do potencial instaurado pela edição.

Ao contrário, se aceitarmos a hipótese de Adelmo Genro Filho de que o jornalismo é uma modalidade de conhecimento cristalizado na singularidade dos fatos, a prática de apreensão da realidade e a sua construção discursiva como notícia certamente obedecerão a uma outra perspectiva. Neste caso, a notícia deixa de ser definida como o relato de uma série de fatos a partir do seu elemento mais impor-

tante até o menos importante para ser tomada como uma “totalidade informativa”, onde, segundo o autor, não haverá mais hierarquia, mas uma estruturação lógica que começará sempre pelo aspecto singular do acontecimento subjetivamente construído. E, nessa totalidade, todos os aspectos (ou elementos) serão fundamentais para a compreensão do fato.

Em acordo com Genro Filho, Elias Machado Gonçalves (1994) observa que a dificuldade de jovens jornalistas, ou de estudantes de jornalismo, em reconhecer os indícios e em apreender a singularidade dos fenômenos advém da falta de domínio de uma teoria e da fragilidade para manejar o raciocínio lógico. Segundo ele, se fosse observada a estruturação lógica das produções discursivas inerentes ao jornalismo, não haveria maiores obstáculos para se perceber que a notícia parte de uma singularidade e chega a insinuar o particular e o universal quando contextualiza o acontecimento, ainda que no rodapé da matéria, permitindo aos leitores o estabelecimento mínimo de relações entre o fato relatado e a totalidade do real.

A crítica que aqui procurou-se formular diz respeito ao tipo de jornalismo praticado especialmente em rádio e TV, para citarmos apenas os veículos mais tradicionais. Dirige-se para o “modelito”, não para o veículo, deixemos claro, até porque a tendência ao noticiário vem ultrapassando o âmbito dos tele e radiojornais e avançando “perigosamente” em direção aos impressos. Na disputa por um leitor que se imagina cada vez mais ocupado, jornais e revistas vêm reduzindo o tamanho de suas matérias, acrescentando infográficos e criando uma série de outras estratégias de edição cujo resultado é a extrema fragmentação daquilo que era para ser uma unidade informativa. A reportagem, a interpretação, nesse modelo, se não está ainda condenada à morte, agoniza.

Resta ainda uma especulação: nas condições atuais de trabalho, é possível o exercício de um jornalismo produtor de conhecimento socialmente relevante, construído a partir da singularidade que fatos e fenômenos contêm intrinsecamente? A resposta a essa questão não está contemplada nos objetivos deste estudo, mas certamente é tarefa que se impõe à pesquisa e à análise de quem tem interesse na formulação de uma teoria do jornalismo que resulte da práxis. Sônia Aguar Lopes, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reivindica apenas para a reportagem a possibilidade da interpretação, da análise, da contextualização. Elias Machado Gonçalves, entretanto, sustenta que a contextualização é possível também

na notícia, variando apenas o grau de particularização do fenômeno, maior na reportagem e menor no gênero informativo.

Aceitar a idéia de que o jornalismo é uma forma de conhecimento, reivindicando para os jornalistas a atribuição de interpretar os acontecimentos que noticiam, implica, concomitantemente, rejeitar a hipótese da objetividade jornalística. Isto não quer dizer, entretanto, que as informações tenham que ser configuradas como modalidades opinativas, nas quais a apreciação valorativa estará sempre expressa (como no editorial, no comentário, no artigo), mas significa admitir que essa objetividade, no sentido de neutralidade, não é possível não porque se deseje uma volta aos tempos em que os jornais eram instrumento de agitação dos partidos políticos, mas porque sua realização, sem as marcas da subjetividade, é que é uma realização impossível. Quem fala (ou quem conta) o faz sempre a partir do lugar de onde observa os acontecimentos, e o relato se estrutura condicionado pelas pressuposições pessoais, culturais, e pelas visões de mundo de quem o produz. É nessa particularidade que se encontra o singular que reputamos objeto do jornalismo. E é esse objeto que lhe fornece um conceito e uma função transformadora da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1989.
- 2 GONÇALVES, Elias Machado. A Essência do Real nas Notícias. *Pauta Geral – Revista de Jornalismo*, Salvador, v. 2, nº 2, p. 50-63, 1994.
- 3 KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: manual de comunicação*. Tradução de Rafael Varela Júnior. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- 4 LUNGARZO, Carlos. *O Que é Ciência*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- 5 MEDITSCH, Eduardo. *O Conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.
- 6 PARK, Robert. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, 1973.